

RECURSO ADMINISTRATIVO

Prezados Senhores,

A empresa SOLRAC EMPREENDIMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ: 49.148.160/0001-71, por intermédio de seu representante legal, o(a) DENISON DOS SANTOS MELO JUNIOR, portador(a) da Carteira de Identidade nº 07.097.844-1 SSP/SE e do CPF nº 110.401.675-35, residente a Rua J, nº 91, Bairro Área Rural, na cidade de Nossa Senhora do Socorro – SE, CEP: 49.160-000, vem por meio desta, nos autos do processo em epígrafe (ref.: TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2023), apresentar seu RECURSO ADMINISTRATIVO, com base na alínea "a" do inciso 1 do artigo 109 da Lei nº 8.666/93. Manifestar-se contrária a decisão desta respeitosa comissão, analisando as razões e mostrando coesão em seus argumentos.

I. RESUMO DOS FATOS

Trata-se de licitação instaurada no âmbito do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TOBIAS BARRETO, intitulada Tomada de Preços 01/2023, cujo objeto consiste na CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA REFORMA DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE JOÃO DE SOUZA ANDRADE NA SEDE DESTE MUNICÍPIO CONFORME PROPOSTA Nº 11388.7080001/22-011 DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, na qual a esta comissão verificou algumas situações relevantes, assim observando que a empresa, SOLRAC EMPREENDIMENTOS LTDA é citada na ATA DA SESSÃO DE ABERTURA DOS ENVELOPES DAS PROPOSTAS E JULGAMENTO.

“Na análise feita pelo Engenheiro em anexo ficou constatado que a empresa SOLRAC EMPREENDIMENTOS LTDA, apresentou composição dos encargos e BDI não condizente com o regime de tributação, ficando assim desclassificada desta licitação.”.

II. DA TEMPESTIVIDADE DO RECURSO

O art. 109. Inciso 1, alíneas “a” da Lei de licitações e Contratos reza que:

“Art. 109. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:

I - recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, nos casos de:

- a) (...)
- b) Julgamento das propostas;”

Observa-se, portanto, que o prazo recursal é de 05 dias úteis, pelo que devem ser extirpados de sua contagem os feriados, sábado e domingo.

III. DO MÉRITO RECURSAL

A) SOLRAC EMPREENDIMENTOS LTDA

1) A empresa foi JULGADA no certame referente a TOMADA DE PREÇOS 01/2023:

Após "análise dos argumentos apresentados por esta comissão, conforme o que foi esclarecido em sessão, ouve um equívoco na comunicação entre a contabilidade e setor de engenharia onde não foi

Informado a perda do prazo de enquadramento da empresa, onde se tratando de empresa nova, com abertura com apenas 3 meses de existência, a mesma apresentando assim seus encargos sociais e BDI como sendo empresa SIMPLES NACIONAL, onde seu enquadramento é Lucro Presumido, desta forma apresentando **ERROS NOS CÁLCULOS** dos encargos sociais e BDI.

A sessão sendo suspensa para apresentação das determinadas diligências.

Ao requerer explicações, com base na Lei n.º 8.666/1993:

“Art. 43. A licitação será processada e julgada com observância dos seguintes procedimentos:

(....)

*§ 3º É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a **promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo**, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta”.*

E no edital da Tomada de Preços n.º 01/2023:

“10.10. É facultada à Comissão, em qualquer fase da licitação, promover quaisquer diligências destinadas ao esclarecimento ou complementação necessária à instrução do processo licitatório, vedada à inclusão posterior de documentos, ou informações que deveriam constar, originariamente, das respectivas propostas, em conformidade com o art. 43, §3º da Lei nº. 8.666/93.

É importante sinalizar que a lei de licitações reque correção a vando erro, ela prever a possibilidade de realização de diligências, expressamente vedou a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente da proposta.

As planilhas descritas nos subitens 9.1.3. e 9.1.5. deverão ser retificadas desde que as correções não acarretem aumento do valor total de sua proposta.

As planilhas citadas são as de orçamento resumido (subitem 9.1.5.), de BDI e de Encargos Sociais (subitem 9.1.3.) – justamente onde foram detectadas dúvidas, para quais foram solicitadas justificativas.

O Tribunal de Contas da União considera possível o aproveitamento de propostas com erros materiais sanáveis, desde que mantida a substância da proposta – salienta-se que nenhum item foi suprimido, acrescentado ou alterado em relação à planilha originalmente apresentada, mantendo-se a classificação original das propostas.

Apesar da aparente contradição entre as recomendações acima citadas, especificamente quanto à correção de valores ou percentuais inseridos na planilha de preços, constata-se que o Tribunal de Contas da União entende que o ajuste sem a alteração do valor global não representaria apresentação de informações ou documentos novos, mas apenas o detalhamento do preço já fixado na disputa de lances ou comparação de propostas.

Além disso, aos órgãos e entidades subordinados à disciplina das instruções normativas editadas pelo Mpreg, a IN nº 02/2008 dispõe expressamente, em seu art. 29-A, §2º, que “erros no preenchimento da planilha não são motivo suficiente para a desclassificação da proposta, quando a Planilha puder ser ajustada sem a necessidade de majoração do preço ofertado, e desde que se comprove que este é suficiente para arcar com todos os custos da contratação”.

Como regra, o Tribunal de Contas da União compreende possível permitir que a empresa ofertante da melhor proposta possa corrigir a planilha apresentada durante o certame. No entanto, essa possibilidade não pode resultar em aumento do valor total já registrado que serviu de parâmetro comparativo entre os participantes.

Erro no preenchimento da planilha de formação de preço do licitante não constitui motivo suficiente para a desclassificação da proposta, quando a planilha puder ser ajustada sem a necessidade de majoração do preço ofertado. (Acórdão 1.811/2014 – Plenário).. (grifo nosso)

São frequentes as decisões do Tribunal de Contas da União que prestigiam a adoção do princípio do formalismo moderado e a possibilidade de saneamento de falhas ao longo do procedimento licitatório.

Resumidamente, o formalismo moderado se relaciona a ponderação entre o princípio da eficiência e o da segurança jurídica, ostentando importante função no cumprimento dos objetivos descritos no art. 3º da lei de licitações: busca da proposta mais vantajosa para a Administração, garantia da isonomia e promoção do desenvolvimento nacional sustentável.

Conforme afirma, art. 43, § 3º, Lei nº 8666/93:

“A simples irregularidade formal, que evidencia lapso isento de má-fé, e que não afete o conteúdo ou a idoneidade de proposta não será causa de desclassificação.
(..)

“No julgamento da Proposta a COMISSÃO poderá sanar erros e falhas que não altere a substância de Proposta, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em Ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação”.

Vejamos: Preços ofertados pelas licitantes conforme Ata das Propostas:

1ª - SOLRAC EMPREENDIMENTOS LTDA	R\$ 126.480,89 - ECONOMIA (R\$ 32.456,69)
2ª - FR PLANEJAMENTO E CONST. LTDA	R\$ 138.110,93 - ECONOMIA (R\$ 20.826,65)
3ª - SOLLO EMPREENDIMENTOS LTDA	R\$ 140.928,95 - ECONOMIA (R\$ 18.008,63)

Diante dos expostos acima, e após inúmeros despachos e acórdão do TCU – Tribunal de Contas da União, que norteiam decisões em processos licitatórios, não há de se falar em desclassificação da proposta por não conter erros/falhas que possam ser sanadas.

IV. Em vista de todo o exposto, restando comprovada a total clareza dos fatos e alegações da recorrente que não ágil de má fé na digitação das porcentagens dos encargos apresentados em questão e se responsabiliza totalmente que cumpre com o Acórdão 2622/2013 – TCU e as percentuais fixados na



Legislação em vigor sem que altere o preço global da proposta, é que vimos respeitosamente perante esta comissão, pedir e esperar, que seja aceito Provimento ao presente recurso.

A empresa SOLRAC EMPREENDIMENTOS LTDA salienta que as devidas planilhas foram enviadas junto a este ofício, para sanar devidos esclarecimentos. Conforme solicitação da engenharia deste órgão.

Nossa Senhora do Socorro/SE, 11 de abril de 2023.

